

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 110.524 - MS (2019/0089842-7)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
RECORRENTE : LUIZ GUSTAVO BUENO CRUZ (PRESO)
ADVOGADOS : ANDRÉ MÁRIO MACHADO - SP250724
MAIRA GARZOTTI GANDINI - SP299363
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por LUIZ GUSTAVO BUENO CRUZ contra acórdão proferido pela Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, no julgamento do HC n. 1402112-83.2019.8.12.0000.

Noticiam os autos que o recorrente foi preso em flagrante no dia 15-11-2018, por ter, supostamente, cometido o delito previsto no art. 33 c/c art. 40, V, ambos da Lei n. 11.343/2006, tendo a custódia sido convertida em preventiva.

Nesta via, o recorrente alega a ausência de fundamentação idônea para justificar o decreto da segregação cautelar, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da preventiva, previstos no art. 312 do CPP.

Aduz que não teria sido demonstrado, com base em elementos concretos, como a liberdade poderia oferecer risco à ordem pública, ao bom andamento da instrução criminal ou à aplicação da lei penal.

Realça as condições pessoais favoráveis do recorrente, que seria primário, com ocupação lícita e residência fixa, predcados que lhe garantiriam o direito de responder à ação penal em liberdade.

Requer o provimento do recurso para que seja revogada a segregatória preventiva do recorrente, expedindo-se alvará de soltura em seu favor.

É o relatório.

A concessão da tutela de urgência reserva-se aos casos excepcionais de ofensa manifesta ao direito de ir e vir e desde que preenchidos os pressupostos legais, que são o *fumus boni juris* e o *periculum in mora*.

In casu, mostra-se inviável acolher a pretensão sumária, porquanto, ao menos nessa etapa, verifica-se a presença de fundamentos concretos para a denegação da ordem e manutenção da prisão cautelar, a bem da ordem pública, diante da gravidade, ao que parece concreta, da conduta imputada a LUIZ GUSTAVO BUENO CRUZ, consoante é possível inferir-se do seguinte trecho do aresto impugnado (e-STJ, fls. 399-401):

[...]

Compulsando aos autos de origem (nº0003099-60.2018.8.12.0026) verifica-se que no dia 15.11.2018, por volta das 14 horas, na Rod. BR 267, Km 18, base da PRF, na cidade de Bataguassu/MS, transportavam, para fins de venda, 35,200Kg (trinta e cinco quilos e duzentos gramas) de "cocaína",

acondicionados no interior do tanque de combustível do veículo VW/Santana GLS, cor preta, placas BHA 4851, ano 1987/1987, conduzido pelo paciente, tendo o corréu Washington como passageiro. A droga seria transportada de Ponta Porã/MS até José Bonifácio/SP, sendo que o paciente e o corréu receberiam o valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) pelo transporte.

No que diz respeito à ausência dos requisitos da prisão preventiva, conclui-se, que o MM. Juízo agiu com o costumeiro ao manter a prisão cautelar pela presença dos pressupostos do art. 312 do Código de Processo Penal e considerando a gravidade do crime. Vejamos:

"(...) Compulsando os autos, verifica-se que o requerente foi preso em flagrante, juntamente com o corréu Washington Andrey Fortunato Machado, pela suposta prática do crime de tráfico de drogas, eis que transportavam para fins de venda, mais de 35 (trinta e cinco) quilos da droga conhecida como cocaína. De início, convém anotar que residência fixa, emprego lícito e bons antecedentes não são, por si só, fatores preponderantes na concessão da liberdade provisória ou revogação da prisão preventiva, uma vez que há a necessidade de análise de outros fatores diretamente ligados à natureza e às circunstâncias do fato, bem como sua repercussão na sociedade local. No caso dos autos, não resta dúvida quanto à necessidade da manutenção da segregação cautelar, em decorrência da natureza e a gravidade do delito - tráfico de grande quantidade de drogas. Ainda, as circunstâncias de seu cometimento evidenciam ser desaconselhável a revogação da prisão preventiva, por interesse da ordem pública, conveniência da instrução criminal e assecuramento da aplicação da lei penal, ainda mais porque não reside no distrito da culpa. Não obstante, existe sempre o fundado receio de que concessão da liberdade provisória poderá ensejar em sérios riscos à sociedade, mormente pela grande probabilidade de que, se colocado em liberdade, poderá continuar contribuindo para a traficância de drogas, o que acaba consequentemente aumentando a disseminação de diversos outros delitos congruentes. Além do que, vale consignar que o legislador ordinário determina que "o juiz poderá revogar a prisão preventiva se, no correr do processo, verificar a falta de motivo para a que subsista, bem como de novo decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem" (art. 316 do CPP). Ou seja, só cabe a revogação quando houver mudança na situação fática - o que não ocorreu.(...)" (f. 137/138 – autos nº 0003099-60.2018.8.12.0026).

De acordo com o analisado, a prisão cautelar impugnada foi mantida com fundamentos consistentes, relativos à necessidade de garantia da ordem pública pois o paciente, juntamente com o corréu, supostamente concorreram para o transporte, para fins de mercancia, de 35,200Kg (trinta e cinco quilos e duzentos gramas) de cocaína de Ponta Porã/MS até José Bonifácio/SP, em compartimento especialmente para o tráfico colocado no veículo.

A grande quantidade de droga, que é considerada circunstância preponderante pelo artigo 42 da Lei nº 11.343/06, em princípio, traduz forte indício de periculosidade do agente, bem como de dedicação ao tráfico, e pode ser considerada um dado concreto, a justificar a confirmação da custódia excepcional em razão do efetivo risco à garantia da ordem pública, a exigir do julgador maior prudência na análise.

[...]

Constata-se pelas peças constantes dos autos que há prova do fato e indícios suficientes de autoria, cujos elementos podem ser abstraídos do Auto de Prisão em Flagrante (f. 151/154); Laudo de Exame de Constatação (f. 180); Relatório do Inquérito (f. 211/213); Laudo de Exame Toxicológico (f. 345/352), e demais provas orais e documentos juntados nos autos, caracterizando o fumus boni iuris.

Quanto aos fundamentos ensejadores do periculum in mora, consistem na necessidade de garantia da ordem pública e no resguardo da aplicação da lei penal, pois o paciente supostamente estaria transportando grande quantidade de droga que posteriormente seriam entregues em outra cidade da federação.

Assim, a prisão preventiva do paciente é lastreada em elementos concretos, extraídos das circunstâncias colhidas nos autos, justificando-se satisfatoriamente sobre a presença dos requisitos do art. 312 do CPP, motivo pelo qual não vislumbro qualquer ilegalidade que venha a inquinare referido ato.

Além do mais, na espécie, a prisão preventiva é admissível, também, pela aplicação do art. 313, I, do CPP, pois a pena máxima do crime em tela ultrapassa 04 (quatro) anos e, além disto, consoante explanado acima, se encontram presentes os pressupostos do art. 312, do mesmo Diploma Legal.

No mais, cumpre consignar que, conforme entendimento pacificado dos nossos Tribunais Superiores, eventuais circunstâncias subjetivas favoráveis, por si sós, não são suficientes para afastar a necessidade da constrição cautelar.

Tais argumentos são suficientes para rechaçar, ao menos nesse momento processual, o alegado constrangimento ilegal de que estaria sendo vítima a parte recorrente.

De mais a mais, a motivação que dá suporte à pretensão liminar confunde-se com o mérito do recurso, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.

2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.

3. Agravo interno não conhecido.

(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)

Diante do exposto, **indefere-se a liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo singular, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da questão e, se houver, de senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília (DF), 04 de abril de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator